

PREGÃO ELETRÔNICO

02/2024

CONTRATANTE (UASG)

(UASG – 153065: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CAMPUS I)

OBJETO

Ração para camundongos, maravalha, enriquecimento ambiental e insumos para animais do biotério

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 491.174,63

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/07/2024 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	17
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	17
11. DOS RECURSOS	18
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024

(Processo Administrativo nº23074.042154/2024-98)

Torna-se público que o(a) Universidade Federal da Paraíba, por meio do(a) Comissão Permanente de Licitação - CPL/PRA, sediado(a) no 2º andar do Prédio da Reitoria, Campus Universitário I, João Pessoa-PB, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de **ração para camundongos, maravalha, enriquecimento ambiental e insumos para animais do biotério, mediante Sistema Registro de Preços – SRP, para atender à demanda dos diversos setores da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. *Para os itens 1, 5, 7, 8, 9, 10 e 11 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).*

3.5.1. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 4.6.1. nos itens exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *valor unitário e total do item;*

5.1.2. *Marca;*

5.1.3. *Fabricante;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de: 10 (dez) centavos para os itens 1, 2, 3, 4, 10 e 11, e de 50 (cinquenta) centavos para os itens 5, 6, 7, 8 e 9.**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.21.1. A fase de aceitação e julgamento das propostas será realizada com o auxílio da equipe de apoio, composta por 03 servidores que detém conhecimento técnico/especializado no objeto deste pregão.

6.21.2. O pregoeiro solicitará a manifestação da equipe de apoio, que verificará se as informações apresentadas na proposta e no catálogo enviado pelo licitante atendem as exigências do edital e seus anexos

6.21.3. Realizada a análise pela equipe de apoio, esta remeterá documento ao pregoeiro, no qual constará a relação de itens aceitos e/ou recusados, as justificativas de recusa, ressalvas, assinaturas eletrônicas dos membros e a data da análise.

6.21.4. O pregoeiro efetivará a aceitação ou recusa da proposta do licitante no sistema com base no documento enviado pela equipe de apoio.

6.21.5. O documento que embasou a análise da equipe será juntado aos autos do processo.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.7.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];

7.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. contiver vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de](#)

[29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <http://www.pra.ufpb.br/pras/contents/pregoes/2023>

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item

12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **mediante envio de e-mail para: compras_cpl@pra.ufpb.br**

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <http://www.pra.ufpb.br/pras/contents/pregoes/2023>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

João Pessoa, 01 de julho de 2024

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Referência 10/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2024	153065-UNIVERSIDADE FEDERAL DAPARAÍBA - CAMPOS I	JOACIL CARLOS VIANA BEZERRA	27/05/2024 11:57 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23074.042154/2024-98

1. Definição do objeto

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de ração para camundongos, maravalha, enriquecimento ambiental e insumos para animais do biotério, mediante Sistema Registro de Preços - SRP, para atender à demanda dos diversos setores da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

QUADRO 1 – DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTD	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL TOTAL
1	ABRIGO TRANSPARENTE PARA PEQUENOS ROEDORES. (COTA DE APROXIMADAMENTE 7%) CARACTERÍSTICAS GERAIS: ABRIGO/NINHO DESTINADO AO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO (RATOS E CAMUNDONGOS). INFORMAÇÕES TÉCNICAS: ABRIGO PARA ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PARA CAMUNDONGOS, COR VERMELHA TRANSPARENTE, AUTOCLAVÁVEL, TIPO IGLU, COM FORMATO HEPTAGONAL COM TRÊS ENTRADAS INFERIORES E BASE SUPERIOR RETA QUE PERMITE EMPILHAMENTO. FABRICADO TOTALMENTE EM POLISULFONA E COMPATÍVEL COM MINI-ISOLADORES PARA CAMUNDONGO. MEDIDAS: 11,4 CM X 11 CM X 5,5 CM.	612143	UND	100	R\$ 74,89	R\$ 7.489,00
2	ABRIGO TRANSPARENTE PARA PEQUENOS ROEDORES. CARACTERÍSTICAS GERAIS: ABRIGO/NINHO	612143	UND	1300	R\$ 74,89	R\$ 97.357,00

	<p>DESTINADO AO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO (RATOS E CAMUNDONGOS).</p> <p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS: ABRIGO PARA ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PARA CAMUNDONGOS, COR VERMELHA TRANSPARENTE, AUTOCLAVÁVEL, TIPO IGLU, COM FORMATO HEPTAGONAL COM TRÊS ENTRADAS INFERIORES E BASE SUPERIOR RETA QUE PERMITE EMPILHAMENTO. FABRICADO TOTALMENTE EM POLISULFONA E COMPATÍVEL COM MINI-ISOLADORES PARA CAMUNDONGO. MEDIDAS: 11,4 CM X 11 CM X 5,5 CM.</p>					
3	<p>GRANULADO DE MARAVALHA DE PINUS ELLIOTTII (FORRAÇÃO DE CAMA/CAIXA DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO ROEDORES).</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: GRANULADO DE MARAVALHA DE PINUS ELLIOTTII, NÃO ESTÉRIL, DESTINADO À FORRAÇÃO DE CAMA/CAIXA DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO (ROEDORES).</p> <p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS:</p> <p>OS GRANULADOS/PARTÍCULAS DEVERÃO TER ESPESSURA DE NO MÁXIMO ENTRE 0,2 MM A 0,5 MM, ATÓXICO; INODORO; SEM TRATAMENTO QUÍMICO; NA COR MARFIM; CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DE ÁGUA (C. A. (%) ESPECIFICADO ENTRE 220 A 300); AUSÊNCIA TOTAL DE POEIRA, LASCAS, FARPAS, BRITAS E DEMAIS IMPUREZAS ORIUNDAS DE OUTROS MATERIAIS E ESPÉCIES VEGETAIS.</p> <p>EMBALAGEM: EMBALADO EM DUPLO SACO DE PAPEL KRAFT - ESTERILIZÁVEL E/OU SACO DE RÁFIA (NÁILON), CONTENDO APROXIMADAMENTE 10 (DEZ) QUILOS DO PRODUTO. JUNTAMENTE COM A REMESSA DEVERÁ CONTER LAUDO EMITIDO PELA EMPRESA, ESPECIFICANDO: FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E NÚMERO DO LOTE DEVIDAMENTE ASSINADO POR MÉDICO VETERINÁRIO, SEGUIDO DO NÚMERO DO REGISTRO PROFISSIONAL. PRODUTO CONFORME LEGISLAÇÃO MCTI-CONCEA RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 33.</p> <p>REQUISITOS TÉCNICOS: 1. ESPÉCIE DE MADEIRA: PINUS SPP., PINACEAE 2. TEOR DE UMIDADE: NA FAIXA DE 9,5 A 13% 3. AUSÊNCIA MACROSCÓPICA DE FUNGOS MANCHADORES OU APODRECEDORES. 4. DEVE SER ACOMPANHADO DE LAUDO IPT E LAUDO DE ANÁLISE RESIDUAL. VALIDADE MÍNIMA: 12 MESES.</p>	427369	KG	7500	R\$ 10,90	R\$ 81.750,00
4	<p>MARAVALHA DE PINUS ELLIOTTII (ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL/MATERIAL PARA NIDAÇÃO PARA ANIMAIS DE LABORATÓRIO).</p>	256915	KG	6900	R\$ 11,61	R\$ 80.109,00

	<p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: CAVACO EM FORMA DE LÂMINA EXTRA FINA E MACIA, OBTIDA DE MADEIRA PINUS ELLIOTTI, CONFECCIONADA PARA FORRAGENS DE GAIOLAS DOS ANIMAIS DE LABORATÓRIO (RATOS E CAMUNDONGOS), PODENDO SER UTILIZADA COMO MATERIAL PARA ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL.</p> <p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS: TRIPLAMENTE PENEIRADA COM GRANULOMETRIA PADRONIZADA, PARTÍCULA SECA (POR ESTUFA), COM ESPESSURA MÉDIA DE 1 MM. DEVE APRESENTAR AUSÊNCIA MACROSCÓPICA DE FUNGOS MANCHADORES OU APODRECEDORES; PÓ, LASCAS, FARPAS, BRITAS E DEMAIS IMPUREZAS ORIUNDAS DE OUTROS MATERIAIS E ESPÉCIES VEGETAIS; CAPACIDADE DE ABSORÇÃO (C.A.) DE ÁGUA ESPECIFICADA: 250%. TEOR DE UMIDADE: ENTRE 10 E 15%; GRANULOMETRIA/DIMENSÃO DAS PARTÍCULAS: ESPESSURA MÁXIMA DE 1 MM, 85% A 100% DE PARTÍCULAS MAIORES QUE 4,8 MM E MENORES 15,9 MM; 0% DE PARTÍCULAS MAIORES QUE 28,6 MM, 0 A 1% MAIORES QUE 22,2 MM.</p> <p>EMBALAGEM: DEVE SER EMBALADO EM SACO DE NYLON (RAFFIA) AUTOCLAVÁVEL. APRESENTAÇÃO: SACO CONTENDO 5 KG, COM INFORMAÇÕES DE ROTULAGEM ATENDENDO AS EXIGÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.</p> <p>ROTULAGEM: IMPRESSO NA EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO INFORMAÇÕES DO FABRICANTE COM LOCAL DE PRODUÇÃO, DATA E CONTROLE DO LOTE. VALIDADE: 12 MESES.</p> <p>REQUISITOS: DEVE APRESENTAR NOME COM NÚMERO DE REGISTRO NO CRMV DO RESPONSÁVEL TÉCNICO. PRODUTO DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO MTC-CONCEA RN 33. DEVE SER ACOMPANHADO DE LAUDO IPT E LAUDO DE ANÁLISE RESIDUAL</p>					
5	<p>RAÇÃO IRRADIADA PARA CAMUNDONGOS E RATOS. MARCA: NUVILAB CR-1 IRRADIADA FABRICANTE: QUIMTIA (COTA DE APROXIMADAMENTE 10%)</p> <p>COMPOSIÇÃO: MILHO INTEGRAL MOÍDO, FARELO DE SOJA, FARELO DE TRIGO, CARBONATO DE CÁLCIO, FOSFATO BICÁLCICO, CLORETO DE SÓDIO, ÓLEO VEGETAL, VITAMINA A, VITAMINA D3, VITAMINA E, VITAMINA K3, VITAMINA B1, VITAMINA B2, VITAMINA B6, VITAMINA B12, NIACINA, PANTOTENATO DE CÁLCIO, ÁCIDO FÓLICO, BIOTINA, CLORETO DE COLINA, SULFATO DE FERRO, MONÓXIDO DE MANGANÊS, ÓXIDO DE ZINCO, SULFATO DE COBRE, IODATO DE CÁLCIO, SELENITO DE SÓDIO, SULFATO DE COBALTO, LISINA, METIONINA, BHT.</p> <p>NÍVEIS DE GARANTIA POR QUILOGRAMA DO PRODUTO: UMIDADE (MÁX.) 125 G/KG - PROTEÍNA</p>	440965	EMBALAGEM COM 20KG	60	R\$ 299,13	R\$ 17.947,80

<p>BRUTA (MÍN.) 220 G /KG - EXTRATO ETÉREO (MÍN.) 50 G/KG - MATERIAL MINERAL (MAX.) 90 G/KG - MATÉRIA FIBROSA (MAX.) 70 G /KG - CÁLCIO (MIN-MÁX.) 10 A 14 G/KG - FÓSFORO (MÍN.) 6.000 MG/KG. SUPLEMENTAÇÃO POR QUILO NÃO MENOS QUE: - VITAMINAS: VITAMINA A (MÍN) 13.000 UI/KG; VITAMINA D3 (MÍN) 2.000 UI/KG; VITAMINA E (MÍN) 34 UI/KG; VITAMINA K3 (MÍN) 3 MG/KG; VITAMINA B1 (MÍN) 5 MG/KG; VITAMINA B2 (MÍN) 6 MG/KG; VITAMINA B6 (MÍN) 7 MG/KG; VITAMINA B12 (MÍN) 22 MCG/KG; NIACINA (MÍN) 60 MG/KG; ÁCIDO PANTOTÊNICO (MÍN) 21 MG/KG; ÁCIDO FÓLICO (MÍN) 1 MG/KG; BIOTINA (MÍN) 0,05 MG/KG; COLINA (MÍN) 1.900 MG/KG. - MICROELEMENTOS MINERAIS: SÓDIO (MÍN) 2.700 MG /KG; FERRO (MÍN) 50 MG/KG; MANGANÊS (MÍN) 60 MG/KG; ZINCO (MÍN) 60 MG/KG; COBRE (MÍN) 10 MG/KG; IODO (MÍN) 2 MG/KG; SELÊNIO (MÍN) 0,05 MG/KG; COBALTO (MÍN) 1,5 MG/KG; FLÚOR (MAX) 60 MG/KG. - AMINOÁCIDOS: LISINA (MÍN) 12 G/KG; METIONINA (MÍN) 4.000 MG/KG - ADITIVOS: BHT 100 MG/KG.FORMA FÍSICA: PELLET MEDINDO DE 15 A 16MM DE DIÂMETRO, 30 A 40 MM DE COMPRIMENTO, ALTO GRAU DE COMPACTAÇÃO RESISTENTE AO MANEJO EVITANDO FRAGMENTAÇÃO.</p> <p>EMBALAGEM: SACARIA COM 20 KG DE RAÇÃO. SACOS COM EMBALAGEM PLÁSTICA IMPERMEÁVEL PADRONIZADA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM EM CONFORMIDADE AO DISPOSTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 22/2009 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS: TODA RAÇÃO FORNECIDA DEVE APRESENTAR-SE ÍNTEGRA, SECA, FIRME, COM TOLERÂNCIA MÁXIMA DE 3% DE FINO PÓ E AUSÊNCIA TOTAL DE CONTAMINANTES FÍSICOS E CORPO ESTRANHO. LAUDO TÉCNICO: APRESENTAÇÃO DO LAUDO DE CONTROLE DO FABRICANTE. FORNECER LAUDO DE ANÁLISES BROMATOLÓGICAS PROXIMAIS COM VALORES PERCENTUAIS DE MATÉRIA SECA (OU UMIDADE); PROTEÍNA BRUTA; PROTEÍNA SOLÚVEL EM HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO (KOH); EXTRATO ETÉREO; FIBRA BRUTA; FIBRA EM DETERGENTE NEUTRO; FIBRA EM DETERGENTE ÁCIDO; CÁLCIO; FÓSFORO E MATÉRIA MINERAL, A CADA LOTE DA RAÇÃO FORNECIDA, SOB ÔNUS DO CONTRATADO.</p> <p>PARA A COMPOSIÇÃO BÁSICA: NÃO FAZER USO DE MELAÇO E COMPONENTES SUBSTITUTOS. É PROIBIDA A ADIÇÃO DE QUALQUER ADITIVO NÃO CONTEMPLADO NA FÓRMULA BÁSICA DESCRITA NAS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, TAIS COMO PALATABILIZANTES; AGLUTINANTES;</p>					
---	--	--	--	--	--

	<p>PIGMENTANTES, ANTIBIÓTICOS, BACITRACINA DE ZINCO, MONENSINA SÓDICA OU OUTROS, SALVO AQUELAS SOLICITADAS OU AUTORIZADAS POR ESCRITO PELO CONTRATANTE.</p> <p>NÃO DEVE CONTER “EVENTUAIS SUBSTITUTIVOS” A FIM DE GARANTIR A ISONOMIA DAS FORMULAÇÕES E MATÉRIAS</p> <p>PRIMAS, PARA MINIMIZAR EFEITOS INTRÍNSECOS NOS RESULTADOS ZOOTÉCNICOS E EXPERIMENTAIS.</p> <p>VALIDADE: NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 6 MESES DE VALIDADE, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DATA DE FABRICAÇÃO: NÃO SUPERIOR A 30 DIAS DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.</p> <p>OBSERVAÇÕES GERAIS E OBRIGATÓRIAS: O FABRICANTE DEVE POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, EM CONFORMIDADE COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA 15/2009, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. A RAÇÃO DEVERÁ APRESENTAR, OBRIGATORIAMENTE, CERTIFICADO DE PROCESSO DE RADIAÇÃO</p>					
6	<p>RAÇÃO IRRADIADA PARA CAMUNDONGOS E RATOS. MARCA: NUVILAB CR-1 IRRADIADA FABRICANTE: QUIMTIA</p> <p>COMPOSIÇÃO: MILHO INTEGRAL MOÍDO, FARELO DE SOJA, FARELO DE TRIGO, CARBONATO DE CÁLCIO, FOSFATO BICÁLCICO, CLORETO DE SÓDIO, ÓLEO VEGETAL, VITAMINA A, VITAMINA D3, VITAMINA E, VITAMINA K3, VITAMINA B1, VITAMINA B2, VITAMINA B6, VITAMINA B12, NIACINA, PANTOTENATO DE CÁLCIO, ÁCIDO FÓLICO, BIOTINA, CLORETO DE COLINA, SULFATO DE FERRO, MONÓXIDO DE MANGANÊS, ÓXIDO DE ZINCO, SULFATO DE COBRE, IODATO DE CÁLCIO, SELENITO DE SÓDIO, SULFATO DE COBALTO, LISINA, METIONINA, BHT.</p> <p>NÍVEIS DE GARANTIA POR QUILOGRAMA DO PRODUTO: UMIDADE (MÁX.) 125 G/KG - PROTEÍNA BRUTA (MIN.) 220 G /KG - EXTRATO ETÉREO (MIN.) 50 G/KG - MATERIAL MINERAL (MAX.) 90 G/KG - MATÉRIA FIBROSA (MAX.) 70 G /KG - CÁLCIO (MIN-MÁX.) 10 A 14 G/KG - FÓSFORO (MIN.) 6.000 MG/KG. SUPLEMENTAÇÃO POR QUILO NÃO MENOS QUE:</p> <p>- VITAMINAS: VITAMINA A (MÍN) 13.000 UI/KG; VITAMINA D3 (MÍN) 2.000 UI/KG; VITAMINA E (MÍN) 34 UI/KG; VITAMINA K3 (MÍN) 3 MG/KG; VITAMINA B1 (MÍN) 5 MG/KG; VITAMINA B2 (MÍN) 6 MG/KG; VITAMINA B6 (MÍN) 7 MG/KG; VITAMINA B12 (MÍN) 22 MCG/KG; NIACINA (MÍN) 60 MG/KG; ÁCIDO PANTOTÊNICO (MÍN) 21 MG/KG; ÁCIDO FÓLICO (MÍN) 1 MG/KG; BIOTINA (MÍN) 0,05 MG/KG; COLINA (MÍN) 1.900 MG/KG.</p> <p>- MICROELEMENTOS MINERAIS: SÓDIO (MÍN) 2.700 MG</p>	440965	EMBALAGEM COM 20KG	580	R\$ 299,13	R\$ 173.495,40

<p>/KG; FERRO (MÍN) 50 MG/KG; MANGANÊS (MÍN) 60 MG/KG; ZINCO (MÍN) 60 MG/KG; COBRE (MÍN) 10 MG/KG; IODO (MÍN) 2 MG/KG; SELÊNIO (MÍN) 0,05 MG/KG, COBALTO (MÍN) 1,5 MG/KG; FLÚOR (MAX) 60 MG/KG.</p> <p>- AMINOÁCIDOS: LISINA (MÍN) 12 G/KG; METIONINA (MÍN) 4.000 MG/KG</p> <p>- ADITIVOS: BHT 100 MG/KG.FORMA FÍSICA: PELLET MEDINDO DE 15 A 16MM DE DIÂMETRO, 30 A 40 MM DE COMPRIMENTO, ALTO GRAU DE COMPACTAÇÃO RESISTENTE AO MANEJO EVITANDO FRAGMENTAÇÃO.</p> <p>EMBALAGEM: SACARIA COM 20 KG DE RAÇÃO. SACOS COM EMBALAGEM PLÁSTICA IMPERMEÁVEL PADRONIZADA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM EM CONFORMIDADE AO DISPOSTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 22/2009 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS: TODA RAÇÃO FORNECIDA DEVE APRESENTAR-SE ÍNTEGRA, SECA, FIRME, COM TOLERÂNCIA MÁXIMA DE 3% DE FINO PÓ E AUSÊNCIA TOTAL DE CONTAMINANTES FÍSICOS E CORPO ESTRANHO. LAUDO TÉCNICO: APRESENTAÇÃO DO LAUDO DE CONTROLE DO FABRICANTE. FORNECER LAUDO DE ANÁLISES BROMATOLÓGICAS PROXIMAIS COM VALORES PERCENTUAIS DE MATÉRIA SECA (OU UMIDADE); PROTEÍNA BRUTA; PROTEÍNA SOLÚVEL EM HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO (KOH); EXTRATO ETÉREO; FIBRA BRUTA; FIBRA EM DETERGENTE NEUTRO; FIBRA EM DETERGENTE ÁCIDO; CÁLCIO; FÓSFORO E MATÉRIA MINERAL, A CADA LOTE DA RAÇÃO FORNECIDA, SOB ÔNUS DO CONTRATADO.</p> <p>PARA A COMPOSIÇÃO BÁSICA: NÃO FAZER USO DE MELAÇO E COMPONENTES SUBSTITUTOS. É PROIBIDA A ADIÇÃO DE QUALQUER ADITIVO NÃO CONTEMPLADO NA FÓRMULA BÁSICA DESCRITA NAS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, TAIS COMO PALATABILIZANTES; AGLUTINANTES, PIGMENTANTES, ANTIBIÓTICOS, BACITRACINA DE ZINCO, MONENSINA SÓDICA OU OUTROS, SALVO AQUELAS SOLICITADAS OU AUTORIZADAS POR ESCRITO PELO CONTRATANTE.</p> <p>NÃO DEVE CONTER “EVENTUAIS SUBSTITUTIVOS” A FIM DE GARANTIR A ISONOMIA DAS FORMULAÇÕES E MATÉRIAS PRIMAS, PARA MINIMIZAR EFEITOS INTRÍNSECOS NOS RESULTADOS ZOOTÉCNICOS E EXPERIMENTAIS.</p> <p>VALIDADE: NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 6 MESES DE VALIDADE, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DATA DE FABRICAÇÃO: NÃO SUPERIOR A 30 DIAS DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.</p> <p>OBSERVAÇÕES GERAIS E OBRIGATÓRIAS: O FABRICANTE DEVE POSSUIR REGISTRO NO</p>					
--	--	--	--	--	--

	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, EM CONFORMIDADE COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA 15/2009, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. A RAÇÃO DEVERÁ APRESENTAR, OBRIGATORIAMENTE, CERTIFICADO DE PROCESSO DE RADIAÇÃO					
7	<p>RELAX NINHO (ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PARA CAMUNDONGO DE LABORATÓRIO).</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: ABRIGO/NINHO DESTINADO AO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO (RATOS E CAMUNDONGOS). INFORMAÇÕES TÉCNICAS: RELAX NINHO – 100% DE KRAFT DE 450 GRAMAS INDICADO PARA CAMUNDONGOS MEDIDA INDIVIDUAL MONTADO: COMPRIMENTO 90 MM X LARGURA 90 MM X ALTURA 60 MM MEDIDAS DESMONTADO: 28 CM X 28 CM X 14 CM. APRESENTAÇÃO: CAIXAS COM 60 UNIDADES. REQUISITOS: EMBALAGEM CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE 12 MESES.</p> <p>DEVERÁ CONSTAR CERTIFICADOS DOS MATERIAIS EMPREGADOS, DEMONSTRANDO QUE OS ITENS SÃO FEITOS COM MATERIAIS NATURAIS, ATÓXICOS E COM USO ESPECÍFICO PARA ANIMAIS DE LABORATÓRIO (RATOS E CAMUNDONGOS).</p>	473252	UND	39	R\$ 187,72	R\$ 7.321,08
8	<p>RELAX TUBO (TAMANHO M) – ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PARA RATO DE LABORATÓRIO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: ABRIGO/RECREAÇÃO DESTINADO AO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUZIDO DE FORMA ESPIRALADA, MULTIFOLHADA, COM PAPELÃO TIPO MIOLO, UTILIZADO ADESIVO PRO-1117 OU PR651 (BASE DE PREPARADO FÉCULA DE MANDIOCA), INTERNO NATURAL E EXTERNAMENTE REVESTIMENTO COM PAPEL NATURAL (KRAFT). TAMANHO: RELAX TUBO M – INDICADO PARA RATOS E HAMSTERS – COMPRIMENTO 150 MM X DIÂMETRO 90 MM X ESPESSURA 2,0 MM. APRESENTAÇÃO: CAIXAS COM 20 UNIDADES. VALIDADE: O PRODUTO DEVE TER DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE 12 MESES</p> <p>DEVERÁ CONSTAR CERTIFICADOS DOS MATERIAIS EMPREGADOS, DEMONSTRANDO QUE OS ITENS SÃO FEITOS COM MATERIAIS NATURAIS, ATÓXICOS E COM USO ESPECÍFICO PARA ANIMAIS DE LABORATÓRIO (RATOS E CAMUNDONGOS).</p>	473252	UND	110	R\$ 110,27	R\$ 12.129,70
9	<p>RELAX TUBO (TAMANHO P) – ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PARA CAMUNDONGO DE LABORATÓRIO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: ABRIGO/RECREAÇÃO DESTINADO AO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO. CARACTERÍSTICAS</p>	473252	UND	25	R\$162,99	R\$ 4.074,75

	<p>TÉCNICAS: PRODUZIDO DE FORMA ESPIRALADA, MULTIFOLHADA, COM PAPELÃO TIPO MIOLO, UTILIZADO ADESIVO PRO-1117 OU PR651 (BASE DE PREPARADO FÉCULA DE MANDIOCA), INTERNO NATURAL E EXTERNAMENTE REVESTIMENTO COM PAPEL NATURAL (KRAFT). TAMANHO: RELAX TUBO P – INDICADO PARA CAMUNDONGOS, PSITACÍDEOS (PAPAGAIOS, ARARAS, ETC...) – COMPRIMENTO 120 MM X DIÂMETRO 50 MM X ESPESSURA 1,5 MM. APRESENTAÇÃO: CAIXAS COM 72 UNIDADES. VALIDADE: O PRODUTO DEVE TER DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE 12 MESES.</p> <p>DEVERÁ CONSTAR CERTIFICADOS DOS MATERIAIS EMPREGADOS, DEMONSTRANDO QUE OS ITENS SÃO FEITOS COM MATERIAIS NATURAIS, ATÓXICOS E COM USO ESPECÍFICO PARA ANIMAIS DE LABORATÓRIO (RATOS E CAMUNDONGOS).</p>					
10	<p>SACO DE PAPEL 30G/M² (SACO PARA PIPOCA) – ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PARA ANIMAIS DE LABORATÓRIO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS SACO EM PAPEL MONO, COR: BRANCA. GRAMATURA: 30 G/M². MEDIDAS: MÍNIMO 12CM – MÁXIMO 19 CM (ALTURA) X MÍNIMO 7 CM – MÁXIMO 9 CM (LARGURA). CAPACIDADE: 0,5 KG. EMBALAGEM: PACOTE COM 500 UNIDADES.</p>	446812	PCT COM 500UND	10	R\$ 19,49	R\$ 194,90
11	<p>SEMENTE DE GIRASSOL IRRADIADA (ENRIQUECIMENTO ALIMENTAR PARA ANIMAIS DE LABORATÓRIO).</p> <p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS: SEMENTES DE GIRASSOL (HELIANTHUS ANNUUS). PRODUTO ESTÉRIL IDEAL PARA O SISTEMA DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS CONTROLADO, GRAÚDA, ISENTA DE IMPUREZAS E GRAVETOS.</p> <p>EMBALAGEM: EMBALADO A VÁCUO E ESTERILIZADO POR RADIAÇÃO GAMA. DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE 12 MESES.</p> <p>APRESENTAÇÃO: CAIXAS COM 4 UNIDADES DE 500G CADA.</p> <p>REQUISITOS: ENVIAR AMOSTRA, CERTIFICADO DE ANÁLISE MICROBIOLÓGICA E DE ESTERILIZAÇÃO.</p>	605962	CX COM 2KG	200	R\$ 46,53	R\$ 9.306,00
TOTAL						R\$ 491.174,63

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do recebimento da nota de empenho na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. ~~O prazo de vigência da contratação é de (máximo de 5 anos) contados do(a) , prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

1.5.1. ~~O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] OU o Estudo Técnico Preliminar OU os termos da Nota Técnica /.....~~

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Havendo divergência entre a descrição do objeto constante neste TERMO DE REFERÊNCIA e a descrição do objeto constante no sistema COMPRAS.GOV.BR ou na nota de empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste termo.

1.8. O licitante deverá cotar considerando a quantidade total prevista para cada item.

1.9. Os itens 1 e 5 representam cotas reservadas para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do Art. 8º do DECRETO Nº 8.538 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015. Não foram reservadas cotas para os itens 3 e 4, uma vez que os percentuais e valores destinados para microempresas e empresas de pequeno porte seriam insignificantes.

1.10. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.11. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.12. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.13. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

ORGÃO GERENCIADOR (UASG 153065)						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTD	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL EL UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL TOTAL

1	<p>ABRIGO TRANSPARENTE PARA PEQUENOS ROEDORES. (COTA DE APROXIMADAMENTE 7%)</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: ABRIGO/NINHO DESTINADO AO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO (RATOS E CAMUNDONGOS).</p> <p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS: ABRIGO PARA ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PARA CAMUNDONGOS, COR VERMELHA TRANSPARENTE, AUTOCLAVÁVEL, TIPO IGLU, COM FORMATO HEPTAGONAL COM TRÊS ENTRADAS INFERIORES E BASE SUPERIOR RETA QUE PERMITE EMPILHAMENTO. FABRICADO TOTALMENTE EM POLISULFONA E COMPATÍVEL COM MINI-ISOLADORES PARA CAMUNDONGO. MEDIDAS: 11,4 CM X 11 CM X 5,5 CM.</p>	612143	UND	100	R\$ 74,89	R\$ 7.489,00
2	<p>ABRIGO TRANSPARENTE PARA PEQUENOS ROEDORES.</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: ABRIGO/NINHO DESTINADO AO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO (RATOS E CAMUNDONGOS).</p> <p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS: ABRIGO PARA ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PARA CAMUNDONGOS, COR VERMELHA TRANSPARENTE, AUTOCLAVÁVEL, TIPO IGLU, COM FORMATO HEPTAGONAL COM TRÊS ENTRADAS INFERIORES E BASE SUPERIOR RETA QUE PERMITE EMPILHAMENTO. FABRICADO TOTALMENTE EM POLISULFONA E COMPATÍVEL COM MINI-ISOLADORES PARA CAMUNDONGO. MEDIDAS: 11,4 CM X 11 CM X 5,5 CM.</p>	612143	UND	1300	R\$ 74,89	R\$ 97.357,00
3	<p>GRANULADO DE MARAVALHA DE PINUS ELLIOTTII (FORRAÇÃO DE CAMA/CAIXA DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO ROEDORES).</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: GRANULADO DE MARAVALHA DE PINUS ELLIOTTII, NÃO ESTÉRIL, DESTINADO À FORRAÇÃO DE CAMA/CAIXA DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO (ROEDORES).</p> <p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS:</p> <p>OS GRANULADOS/PARTÍCULAS DEVERÃO TER ESPESSURA DE NO MÁXIMO ENTRE 0,2 MM A 0,5 MM, ATÓXICO; INODORO; SEM TRATAMENTO QUÍMICO; NA COR MARFIM; CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DE ÁGUA (C. A. (%) ESPECIFICADO ENTRE 220 A 300); AUSÊNCIA TOTAL DE POEIRA, LASCAS, FARPAS, BRITAS E DEMAIS IMPUREZAS ORIUNDAS DE OUTROS MATERIAIS E ESPÉCIES VEGETAIS.</p> <p>EMBALAGEM: EMBALADO EM DUPLO SACO DE</p>	427369	KG	7500	R\$ 10,90	R\$ 81.750,00

	<p>PAPEL KRAFT - ESTERILIZÁVEL E/OU SACO DE RÁFIA (NÁILON), CONTENDO APROXIMADAMENTE 10 (DEZ) QUILOS DO PRODUTO. JUNTAMENTE COM A REMESSA DEVERÁ CONTER LAUDO EMITIDO PELA EMPRESA, ESPECIFICANDO: FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E NÚMERO DO LOTE DEVIDAMENTE ASSINADO POR MÉDICO VETERINÁRIO, SEGUIDO DO NÚMERO DO REGISTRO PROFISSIONAL. PRODUTO CONFORME LEGISLAÇÃO MCTI-CONCEA RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 33.</p> <p>REQUISITOS TÉCNICOS: 1. ESPÉCIE DE MADEIRA: PINUS SPP., PINACEAE 2. TEOR DE UMIDADE: NA FAIXA DE 9,5 A 13% 3. AUSÊNCIA MACROSCÓPICA DE FUNGOS MANCHADORES OU APODRECEDORES. 4. DEVE SER ACOMPANHADO DE LAUDO IPT E LAUDO DE ANÁLISE RESIDUAL. VALIDADE MÍNIMA: 12 MESES.</p>					
4	<p>MARAVALHA DE PINUS ELLIOTTII (ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL/MATERIAL PARA NIDAÇÃO PARA ANIMAIS DE LABORATÓRIO).</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: CAVACO EM FORMA DE LÂMINA EXTRA FINA E MACIA, OBTIDA DE MADEIRA PINUS ELLIOTTI, CONFECCIONADA PARA FORRAGENS DE GAIOLAS DOS ANIMAIS DE LABORATÓRIO (RATOS E CAMUNDONGOS), PODENDO SER UTILIZADA COMO MATERIAL PARA ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL.</p> <p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS: TRIPLAMENTE PENEIRADA COM GRANULOMETRIA PADRONIZADA, PARTÍCULA SECA (POR ESTUFA), COM ESPESSURA MÉDIA DE 1 MM. DEVE APRESENTAR AUSÊNCIA MACROSCÓPICA DE FUNGOS MANCHADORES OU APODRECEDORES; PÓ, LASCAS, FARPAS, BRITAS E DEMAIS IMPUREZAS ORIUNDAS DE OUTROS MATERIAIS E ESPÉCIES VEGETAIS; CAPACIDADE DE ABSORÇÃO (C.A.) DE ÁGUA ESPECIFICADA: 250%. TEOR DE UMIDADE: ENTRE 10 E 15%; GRANULOMETRIA/DIMENSÃO DAS PARTÍCULAS: ESPESSURA MÁXIMA DE 1 MM, 85% A 100% DE PARTÍCULAS MAIORES QUE 4,8 MM E MENORES 15,9 MM; 0% DE PARTÍCULAS MAIORES QUE 28,6 MM, 0 A 1% MAIORES QUE 22,2 MM.</p> <p>EMBALAGEM: DEVE SER EMBALADO EM SACO DE NYLON (RAFFIA) AUTOCLAVÁVEL. APRESENTAÇÃO: SACO CONTENDO 5 KG, COM INFORMAÇÕES DE ROTULAGEM ATENDENDO AS EXIGÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.</p> <p>ROTULAGEM: IMPRESSO NA EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO INFORMAÇÕES DO FABRICANTE COM LOCAL DE PRODUÇÃO, DATA E CONTROLE DO LOTE. VALIDADE: 12 MESES.</p> <p>REQUISITOS: DEVE APRESENTAR NOME COM NÚMERO DE REGISTRO NO CRMV DO RESPONSÁVEL TÉCNICO. PRODUTO DEVE ESTAR</p>	256915	KG	6900	R\$ 11,61	R\$ 80.109,00

	EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO MTC-CONCEA RN 33. DEVE SER ACOMPANHADO DE LAUDO IPT E LAUDO DE ANÁLISE RESIDUAL					
5	<p>RAÇÃO IRRADIADA PARA CAMUNDONGOS E RATOS. MARCA: NUVELAB CR-1 IRRADIADA FABRICANTE: QUIMTIA (COTA DE APROXIMADAMENTE 10%)</p> <p>COMPOSIÇÃO: MILHO INTEGRAL MOÍDO, FARELO DE SOJA, FARELO DE TRIGO, CARBONATO DE CÁLCIO, FOSFATO BICÁLCICO, CLORETO DE SÓDIO, ÓLEO VEGETAL, VITAMINA A, VITAMINA D3, VITAMINA E, VITAMINA K3, VITAMINA B1, VITAMINA B2, VITAMINA B6, VITAMINA B12, NIACINA, PANTOTENATO DE CÁLCIO, ÁCIDO FÓLICO, BIOTINA, CLORETO DE COLINA, SULFATO DE FERRO, MONÓXIDO DE MANGANÊS, ÓXIDO DE ZINCO, SULFATO DE COBRE, IODATO DE CÁLCIO, SELENITO DE SÓDIO, SULFATO DE COBALTO, LISINA, METIONINA, BHT.</p> <p>NÍVEIS DE GARANTIA POR QUILOGRAMA DO PRODUTO: UMIDADE (MÁX.) 125 G/KG - PROTEÍNA BRUTA (MIN.) 220 G /KG - EXTRATO ETÉREO (MIN.) 50 G/KG - MATERIAL MINERAL (MAX.) 90 G/KG - MATÉRIA FIBROSA (MAX.) 70 G /KG - CÁLCIO (MIN-MÁX.) 10 A 14 G/KG - FÓSFORO (MIN.) 6.000 MG/KG. SUPLEMENTAÇÃO POR QUILO NÃO MENOS QUE:</p> <p>- VITAMINAS: VITAMINA A (MÍN) 13.000 UI/KG; VITAMINA D3 (MÍN) 2.000 UI/KG; VITAMINA E (MÍN) 34 UI/KG; VITAMINA K3 (MÍN) 3 MG/KG; VITAMINA B1 (MÍN) 5 MG/KG; VITAMINA B2 (MÍN) 6 MG/KG; VITAMINA B6 (MÍN) 7 MG/KG; VITAMINA B12 (MÍN) 22 MCG/KG; NIACINA (MÍN) 60 MG/KG; ÁCIDO PANTOTÊNICO (MÍN) 21 MG/KG; ÁCIDO FÓLICO (MÍN) 1 MG/KG; BIOTINA (MÍN) 0,05 MG/KG; COLINA (MÍN) 1.900 MG/KG.</p> <p>- MICROELEMENTOS MINERAIS: SÓDIO (MÍN) 2.700 MG /KG; FERRO (MÍN) 50 MG/KG; MANGANÊS (MÍN) 60 MG/KG; ZINCO (MÍN) 60 MG/KG; COBRE (MÍN) 10 MG/KG; IODO (MÍN) 2 MG/KG; SELÊNIO (MÍN) 0,05 MG/KG, COBALTO (MÍN) 1,5 MG/KG; FLÚOR (MAX) 60 MG/KG.</p> <p>- AMINOÁCIDOS: LISINA (MÍN) 12 G/KG; METIONINA (MÍN) 4.000 MG/KG</p> <p>- ADITIVOS: BHT 100 MG/KG.FORMA FÍSICA: PELLET MEDINDO DE 15 A 16MM DE DIÂMETRO, 30 A 40 MM DE COMPRIMENTO, ALTO GRAU DE COMPACTAÇÃO RESISTENTE AO MANEJO EVITANDO FRAGMENTAÇÃO.</p> <p>EMBALAGEM: SACARIA COM 20 KG DE RAÇÃO. SACOS COM EMBALAGEM PLÁSTICA IMPERMEÁVEL PADRONIZADA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM EM CONFORMIDADE AO DISPOSTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 22/2009 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.</p>	440965	EMBALAGEM COM 20KG	60	R\$ 299,13	R\$ 17.947,80

	<p>CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS: TODA RAÇÃO FORNECIDA DEVE APRESENTAR-SE ÍNTEGRA, SECA, FIRME, COM TOLERÂNCIA MÁXIMA DE 3% DE FINO PÓ E AUSÊNCIA TOTAL DE CONTAMINANTES FÍSICOS E CORPO ESTRANHO. LAUDO TÉCNICO: APRESENTAÇÃO DO LAUDO DE CONTROLE DO FABRICANTE. FORNECER LAUDO DE ANÁLISES BROMATOLÓGICAS PROXIMAIS COM VALORES PERCENTUAIS DE MATÉRIA SECA (OU UMIDADE); PROTEÍNA BRUTA; PROTEÍNA SOLÚVEL EM HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO (KOH); EXTRATO ETÉREO; FIBRA BRUTA; FIBRA EM DETERGENTE NEUTRO; FIBRA EM DETERGENTE ÁCIDO; CÁLCIO; FÓSFORO E MATÉRIA MINERAL, A CADA LOTE DA RAÇÃO FORNECIDA, SOB ÔNUS DO CONTRATADO.</p> <p>PARA A COMPOSIÇÃO BÁSICA: NÃO FAZER USO DE MELAÇO E COMPONENTES SUBSTITUTOS. É PROIBIDA A ADIÇÃO DE QUALQUER ADITIVO NÃO CONTEMPLADO NA FÓRMULA BÁSICA DESCRITA NAS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, TAIS COMO PALATABILIZANTES; AGLUTINANTES, PIGMENTANTES, ANTIBIÓTICOS, BACITRACINA DE ZINCO, MONENSINA SÓDICA OU OUTROS, SALVO AQUELAS SOLICITADAS OU AUTORIZADAS POR ESCRITO PELO CONTRATANTE.</p> <p>NÃO DEVE CONTER “EVENTUAIS SUBSTITUTIVOS” A FIM DE GARANTIR A ISONOMIA DAS FORMULAÇÕES E MATÉRIAS PRIMAS, PARA MINIMIZAR EFEITOS INTRÍNSECOS NOS RESULTADOS ZOOTÉCNICOS E EXPERIMENTAIS.</p> <p>VALIDADE: NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 6 MESES DE VALIDADE, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DATA DE FABRICAÇÃO: NÃO SUPERIOR A 30 DIAS DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.</p> <p>OBSERVAÇÕES GERAIS E OBRIGATÓRIAS: O FABRICANTE DEVE POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, EM CONFORMIDADE COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA 15/2009, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. A RAÇÃO DEVERÁ APRESENTAR, OBRIGATORIAMENTE, CERTIFICADO DE PROCESSO DE RADIAÇÃO</p>					
6	<p>RAÇÃO IRRADIADA PARA CAMUNDONGOS E RATOS. MARCA: NUVILAB CR-1 IRRADIADA FABRICANTE: QUIMTIA</p> <p>COMPOSIÇÃO: MILHO INTEGRAL MOÍDO, FARELO DE SOJA, FARELO DE TRIGO, CARBONATO DE CÁLCIO, FOSFATO BICÁLCICO, CLORETO DE SÓDIO, ÓLEO VEGETAL, VITAMINA A, VITAMINA D3, VITAMINA E, VITAMINA K3, VITAMINA B1, VITAMINA B2, VITAMINA B6, VITAMINA B12, NIACINA, PANTOTENATO DE CÁLCIO, ÁCIDO FÓLICO, BIOTINA, CLORETO DE COLINA, SULFATO DE FERRO, MONÓXIDO DE MANGANÊS, ÓXIDO DE ZINCO, SULFATO DE COBRE, IODATO DE CÁLCIO, SELENITO DE SÓDIO, SULFATO</p>	440965	EMBALAGEM COM 20KG	580	R\$ 299,13	R\$ 173.495,40

<p>DE COBALTO, LISINA, METIONINA, BHT.</p> <p>NÍVEIS DE GARANTIA POR QUILOGRAMA DO PRODUTO: UMIDADE (MÁX.) 125 G/KG - PROTEÍNA BRUTA (MIN.) 220 G /KG - EXTRATO ETÉREO (MIN.) 50 G/KG - MATERIAL MINERAL (MAX.) 90 G/KG - MATÉRIA FIBROSA (MAX.) 70 G /KG - CÁLCIO (MIN-MÁX.) 10 A 14 G/KG - FÓSFORO (MIN.) 6.000 MG/KG. SUPLEMENTAÇÃO POR QUILO NÃO MENOS QUE:</p> <p>- VITAMINAS: VITAMINA A (MÍN) 13.000 UI/KG; VITAMINA D3 (MÍN) 2.000 UI/KG; VITAMINA E (MÍN) 34 UI/KG; VITAMINA K3 (MÍN) 3 MG/KG; VITAMINA B1 (MÍN) 5 MG/KG; VITAMINA B2 (MÍN) 6 MG/KG; VITAMINA B6 (MÍN) 7 MG/KG; VITAMINA B12 (MÍN) 22 MCG/KG; NIACINA (MÍN) 60 MG/KG; ÁCIDO PANTOTÊNICO (MÍN) 21 MG/KG; ÁCIDO FÓLICO (MÍN) 1 MG/KG; BIOTINA (MÍN) 0,05 MG/KG; COLINA (MÍN) 1.900 MG/KG.</p> <p>- MICROELEMENTOS MINERAIS: SÓDIO (MÍN) 2.700 MG /KG; FERRO (MÍN) 50 MG/KG; MANGANÊS (MÍN) 60 MG/KG; ZINCO (MÍN) 60 MG/KG; COBRE (MÍN) 10 MG/KG; IODO (MÍN) 2 MG/KG; SELÊNIO (MÍN) 0,05 MG/KG, COBALTO (MÍN) 1,5 MG/KG; FLÚOR (MAX) 60 MG/KG.</p> <p>- AMINOÁCIDOS: LISINA (MÍN) 12 G/KG; METIONINA (MÍN) 4.000 MG/KG</p> <p>- ADITIVOS: BHT 100 MG/KG.FORMA FÍSICA: PELLET MEDINDO DE 15 A 16MM DE DIÂMETRO, 30 A 40 MM DE COMPRIMENTO, ALTO GRAU DE COMPACTAÇÃO RESISTENTE AO MANEJO EVITANDO FRAGMENTAÇÃO.</p> <p>EMBALAGEM: SACARIA COM 20 KG DE RAÇÃO. SACOS COM EMBALAGEM PLÁSTICA IMPERMEÁVEL PADRONIZADA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM EM CONFORMIDADE AO DISPOSTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 22/2009 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS: TODA RAÇÃO FORNECIDA DEVE APRESENTAR-SE ÍNTEGRA, SECA, FIRME, COM TOLERÂNCIA MÁXIMA DE 3% DE FINO PÓ E AUSÊNCIA TOTAL DE CONTAMINANTES FÍSICOS E CORPO ESTRANHO. LAUDO TÉCNICO: APRESENTAÇÃO DO LAUDO DE CONTROLE DO FABRICANTE. FORNECER LAUDO DE ANÁLISES BROMATOLÓGICAS PROXIMAIS COM VALORES PERCENTUAIS DE MATÉRIA SECA (OU UMIDADE); PROTEÍNA BRUTA; PROTEÍNA SOLÚVEL EM HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO (KOH); EXTRATO ETÉREO; FIBRA BRUTA; FIBRA EM DETERGENTE NEUTRO; FIBRA EM DETERGENTE ÁCIDO; CÁLCIO; FÓSFORO E MATÉRIA MINERAL, A CADA LOTE DA RAÇÃO FORNECIDA, SOB ÔNUS DO CONTRATADO.</p> <p>PARA A COMPOSIÇÃO BÁSICA: NÃO FAZER USO DE</p>					
--	--	--	--	--	--

	<p>MELAÇO E COMPONENTES SUBSTITUTOS. É PROIBIDA A ADIÇÃO DE QUALQUER ADITIVO NÃO CONTEMPLADO NA FÓRMULA BÁSICA DESCRITA NAS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, TAIS COMO PALATABILIZANTES; AGLUTINANTES, PIGMENTANTES, ANTIBIÓTICOS, BACITRACINA DE ZINCO, MONENSINA SÓDICA OU OUTROS, SALVO AQUELAS SOLICITADAS OU AUTORIZADAS POR ESCRITO PELO CONTRATANTE.</p> <p>NÃO DEVE CONTER “EVENTUAIS SUBSTITUTIVOS” A FIM DE GARANTIR A ISONOMIA DAS FORMULAÇÕES E MATÉRIAS PRIMAS, PARA MINIMIZAR EFEITOS INTRÍNSECOS NOS RESULTADOS ZOOTÉCNICOS E EXPERIMENTAIS.</p> <p>VALIDADE: NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 6 MESES DE VALIDADE, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DATA DE FABRICAÇÃO: NÃO SUPERIOR A 30 DIAS DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.</p> <p>OBSERVAÇÕES GERAIS E OBRIGATÓRIAS: O FABRICANTE DEVE POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, EM CONFORMIDADE COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA 15/2009, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. A RAÇÃO DEVERÁ APRESENTAR, OBRIGATORIAMENTE, CERTIFICADO DE PROCESSO DE RADIAÇÃO</p>					
7	<p>RELAX NINHO (ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PARA CAMUNDONGO DE LABORATÓRIO).</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: ABRIGO/NINHO DESTINADO AO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO (RATOS E CAMUNDONGOS). INFORMAÇÕES TÉCNICAS: RELAX NINHO – 100% DE KRAFT DE 450 GRAMAS INDICADO PARA CAMUNDONGOS MEDIDA INDIVIDUAL MONTADO: COMPRIMENTO 90 MM X LARGURA 90 MM X ALTURA 60 MM MEDIDAS DESMONTADO: 28 CM X 28 CM X 14 CM. APRESENTAÇÃO: CAIXAS COM 60 UNIDADES. REQUISITOS: EMBALAGEM CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE 12 MESES.</p> <p>DEVERÁ CONSTAR CERTIFICADOS DOS MATERIAIS EMPREGADOS, DEMONSTRANDO QUE OS ITENS SÃO FEITOS COM MATERIAIS NATURAIS, ATÓXICOS E COM USO ESPECÍFICO PARA ANIMAIS DE LABORATÓRIO (RATOS E CAMUNDONGOS).</p>	473252	UND	39	R\$ 187,72	R\$ 7.321,08
8	<p>RELAX TUBO (TAMANHO M) – ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PARA RATO DE LABORATÓRIO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: ABRIGO/RECREAÇÃO DESTINADO AO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUZIDO DE FORMA ESPIRALADA, MULTIFOLHADA, COM PAPELÃO TIPO MIOLO, UTILIZADO ADESIVO PRO-1117 OU PR651 (BASE DE</p>	473252	UND	110	R\$ 110,27	R\$ 12.129,70

	<p>PREPARADO FÉCULA DE MANDIOCA), INTERNO NATURAL E EXTERNAMENTE REVESTIMENTO COM PAPEL NATURAL (KRAFT). TAMANHO: RELAX TUBO M – INDICADO PARA RATOS E HAMSTERS – COMPRIMENTO 150 MM X DIÂMETRO 90 MM X ESPESSURA 2,0 MM. APRESENTAÇÃO: CAIXAS COM 20 UNIDADES. VALIDADE: O PRODUTO DEVE TER DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE 12 MESES</p> <p>DEVERÁ CONSTAR CERTIFICADOS DOS MATERIAIS EMPREGADOS, DEMONSTRANDO QUE OS ITENS SÃO FEITOS COM MATERIAIS NATURAIS, ATÓXICOS E COM USO ESPECÍFICO PARA ANIMAIS DE LABORATÓRIO (RATOS E CAMUNDONGOS).</p>					
9	<p>RELAX TUBO (TAMANHO P) – ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PARA CAMUNDONGO DE LABORATÓRIO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: ABRIGO/RECREAÇÃO DESTINADO AO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUZIDO DE FORMA ESPIRALADA, MULTIFOLHADA, COM PAPELÃO TIPO MIOLO, UTILIZADO ADESIVO PRO-1117 OU PR651 (BASE DE PREPARADO FÉCULA DE MANDIOCA), INTERNO NATURAL E EXTERNAMENTE REVESTIMENTO COM PAPEL NATURAL (KRAFT). TAMANHO: RELAX TUBO P – INDICADO PARA CAMUNDONGOS, PSITACÍDEOS (PAPAGAIOS, ARARAS, ETC...) – COMPRIMENTO 120 MM X DIÂMETRO 50 MM X ESPESSURA 1,5 MM. APRESENTAÇÃO: CAIXAS COM 72 UNIDADES. VALIDADE: O PRODUTO DEVE TER DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE 12 MESES.</p> <p>DEVERÁ CONSTAR CERTIFICADOS DOS MATERIAIS EMPREGADOS, DEMONSTRANDO QUE OS ITENS SÃO FEITOS COM MATERIAIS NATURAIS, ATÓXICOS E COM USO ESPECÍFICO PARA ANIMAIS DE LABORATÓRIO (RATOS E CAMUNDONGOS).</p>	473252	UND	25	R\$162,99	R\$ 4.074,75
10	<p>SACO DE PAPEL 30G/M² (SACO PARA PIPOCA) – ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PARA ANIMAIS DE LABORATÓRIO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS SACO EM PAPEL MONO, COR: BRANCA. GRAMATURA: 30 G/M².MEDIDAS: MÍNIMO 12CM – MÁXIMO 19 CM (ALTURA) X MÍNIMO 7 CM – MÁXIMO 9 CM (LARGURA). CAPACIDADE: 0,5 KG. EMBALAGEM: PACOTE COM 500 UNIDADES.</p>	446812	PCT COM 500UND	10	R\$ 19,49	R\$ 194,90
11	<p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS: SEMENTES DE GIRASSOL (HELIANTHUS ANNUUS). PRODUTO ESTÉRIL IDEAL PARA O SISTEMA DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS CONTROLADO, GRAÚDA, ISENTA DE IMPUREZAS E GRAVETOS.</p> <p>EMBALAGEM: EMBALADO A VÁCUO E ESTERILIZADO POR RADIAÇÃO GAMA. DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE 12</p>	605962	CX COM 2KG	200	R\$ 46,53	R\$ 9.306,00

	MESES.					
	APRESENTAÇÃO: CAIXAS COM 4 UNIDADES DE 500G CADA.					
	REQUISITOS: ENVIAR AMOSTRA, CERTIFICADO DE ANÁLISE MICROBIOLÓGICA E DE ESTERILIZAÇÃO.					
TOTAL						R\$ 491.174,63

2. Fundamentação da contratação

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. ~~O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [...], conforme detalhamento a seguir:~~

- ~~I) ID PCA no PNCP: [...]~~
- ~~II) Data de publicação no PNCP: [...]~~
- ~~III) Id do item no PCA: [...]~~
- ~~IV) Classe/Grupo: [...]~~
- ~~V) Identificador da Futura Contratação: [...]~~

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024 da UFPB sob as demandas DFD 155 e 860 de 2023 e nas contratações 90019 e 90039 de 2023, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

2.4. A justificativa para as quantidades que se pretende contratar ocorreu através de um levantamento da demanda, realizado através do Ofício Circular **Nº 13/2024 – PRA**, o que resultou nas requisições constantes no Processo, consolidadas nas Intenções de Registro de Preços – IRP do SIPAC **Nº 01/2024 e 03/2024, e nas requisições 1806 e 1807/2024 (para ajuste das cotas exclusivas para ME/EPP)**, embasando a abertura de um Pregão SRP para atender a demanda dos diversos setores da Universidade Federal da Paraíba.

2.5. A necessidade para aquisição dos bens/serviços se encontra nas justificativas enviadas pelas Unidades/Centros na confirmação de adesão à IRP n.º 01/2024 e 03/2024, acima mencionadas, bem como nos processos encaminhados à Seção de Compras, que originaram o pregão em comento, e que seguem anexos.

2.6. O Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pela SEÇÃO DE COMPRAS/PRA, consolidando as demandas recebidas, conforme apêndice deste Termo de Referência.

2.7. Quanto ao Plano de Contratações Anual – PCA 2024, as informações foram enviadas pelas unidades requisitantes através das justificativas da demanda, anexas ao processo, para participação na IRP do SIPAC.

3. Descrição da solução

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- A) Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação a seus similares.
- B) Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- C) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênol-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade apresentados neste termo de referência atendem aos planos para práticas de sustentabilidade apresentados no Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) da UFPB.

INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação para o item **ração irradiada para camundongos e ratos** só será admitida a cotação da ração NUVILAB CR-1 IRRADIADA do fabricante QUIMTIA de acordo com as justificativas a seguir:

A aquisição de ração para a alimentação de camundongos e ratos atenderá a demanda da unidade de Produção Animal - IPeFarM da Universidade Federal da Paraíba, pelo período de um ano, no que tange as atividades de pesquisa e ensino. A saúde e o bem-estar dos animais dependem de múltiplos fatores, sendo a nutrição adequada um dos mais importantes, pois oferece condições de atingir seu potencial genético, de crescimento, de reprodução, de longevidade e de resposta a estímulos. Fornecer alimentação adequada aos animais de laboratório envolve a formulação de dietas com concentrações requeridas de aproximadamente 50 componentes essenciais e a manipulação de numerosos fatores relacionados com a sua qualidade. O tipo de ração, a quantidade de nutrientes que o organismo pode absorver e metabolizar, os procedimentos relacionados à preparação e estocagem e à concentração de contaminantes químicos são exemplos de fatores que exercem profundos efeitos no desenvolvimento animal. A maioria das espécies possui hábito alimentar complexo. Dessa forma, a ração industrializada na forma de pelets, atende a todas as necessidades alimentares dos animais, e não deve ser suplementada. Assim, a utilização de ração é vantajosa, pois proporciona nutrição adequada, é de fácil manuseio e de melhor rendimento.

A padronização é o fator mais importante em qualquer criação de animais, e a ração é o item principal, pois além de nutrir, interfere na produtividade e proliferação das colônias. Ao escolhermos uma ração para os animais, devemos verificar se é produzida com ingredientes de boa qualidade e se a empresa produtora tem condições de fabricação que atendam às exigências nutricionais e microbiológicas. Outra preocupação que devemos ter é quanto à não- inclusão de bacteriostáticos e se há indicação do prazo de validade do produto e condições adequadas de armazenamento.

Devemos seguir a tendência dos grandes biotérios de padronizar rações, cama para os animais, qualidade da água de bebida, enfim, todos os insumos e procedimentos que nos permitam conseguir um animal padronizado e de qualidade comprovada. Com isso os resultados alcançados nas pesquisas são mais confiáveis, e podem ser reproduzidos em qualquer parte do mundo, colocando os pesquisadores da Universidade nas condições de publicarem seus resultados em revistas de impacto e contribuindo cada vez mais com a ciência biomédica mundial. Pretendemos alcançar e manter a qualidade que o pesquisador precisa e atender os aspectos éticos na questão de bons cuidados e atenção aos animais de laboratório, para tanto uma boa ração é uma das principais necessidades. Rações para animais de laboratório são fabricadas especialmente para os biotérios, em escala reduzida, o que as torna mais onerosas do que aquelas produzidas para animais domésticos.

Considerando o exposto acima, justificamos a indicação para aquisição da marca Quimtia S.A. (antiga Nuvital) para a aquisição da ração. A referida marca apresenta uma série de vantagens sobre as demais fabricantes, principalmente pelo fato de ser a primeira a produzir rações para animais de laboratório no Brasil, conseguindo padronizar e garantir este produto de qualidade ao longo dos anos. Uma das vantagens é a certificação de todas as etapas de fabricação o que permite a produção de uma ração que apresenta os mais adequados índices de compactação (percentual de perda máximo de 3%), representando mais economia na alimentação. Ainda, a matéria- prima utilizada para a

fabricação da ração provém de fornecedores previamente avaliados pelo Departamento de Suprimentos da Quimtia e apenas os que atendem às exigências de qualidade da empresa são selecionados. A empresa exige que toda matéria-prima a ser adquirida possua análise de qualidade realizada pelo fornecedor, entretanto o laboratório empresa também refaz tais análises, para verificar a qualidade da matéria prima recebida.

Além disso, o fornecedor não pode em momento algum fazer uso de eventuais componentes substitutivos além das matérias-primas especificadas para a fabricação da ração. Embora estes ingredientes reduzam os custos de produção, eles também alteram a composição do alimento. Este quesito pode ser garantido pelo fornecimento de certificados e laudos técnicos que permitam analisar a qualidade nutricional do produto, bem como rastrear lotes fora do padrão. A embalagem da ração é outro fator relevante. Embalagens de papelão possuem prazo de validade relativamente curto e se rompem facilmente no transporte. Entretanto, novos modelos de embalagem de polipropileno garantem maior durabilidade do produto, além de serem mais resistentes.

A não aquisição das rações da linha Nuvilab, marca Quimtia acarretará baixos índices zootécnicos de todas as espécies e linhagens produzidos na UPA (baixo ganho de peso; redução da eficiência reprodutiva; menor tamanho da ninhada; menor peso de neonatos; menor peso ao desmame e desuniformidade de ninhadas com aumento no índice de refugos para descarte) podendo levar os animais a óbito conseqüentemente gerando a interrupção das pesquisas em desenvolvimento no âmbito da UFPB.

A necessidade da UPA com relação a especificação da marca se dá para TODAS as espécies criadas (ratos e camundongos), pois temos que garantir a qualidade de todos os animais produzidos, conseqüentemente a qualidade da pesquisa para todos os usuários. A não observância deste fator implica diretamente na produção de animais com qualidade duvidosa. A padronização dos insumos é uma forma de assegurar resultados de pesquisa confiáveis, pois teremos padronização e qualidade animal. Os estudos realizados em ratos e camundongos (animais de referência) podem ser extrapolados para qualquer outra espécie animal de laboratório que seja contemplada com esta marca de ração (Nuvilab - Quimtia), tais como: os coelhos, cobaias, hamsters, primatas não-humanos, pintos, patos, gansos, dentre outros.

Para a ração de ratos e camundongos exige-se a especificação da marca NUVILAB CR-1 Irradiada da Quimtia, além das vantagens supracitadas, os animais que serão alimentados com esta ração são criados de maneira controlada, sob barreiras sanitárias, com temperatura de 21+/-2° C, umidade 55%, ciclo claro/escuro (12/12 horas), com 70% de renovação de ar, 20 trocas de ar/hora, água filtrada e recebendo somente a ração Nuvilab CR-1 irradiada.

Desde o ano de 2018, os ratos e camundongos mantidos na UPA-IPeFarM já estão habituados a ingestão da referida ração. Nos anos de 2019 e 2020 mantivemos a aquisição do produto através de pregão homologado nº 12/2019 e no de 2021 através do pregão de nº 02/2021. Dentro deste período, foi observado clinicamente que os animais ganharam peso e obtiveram melhor desenvolvimento a partir da ingestão da ração NUVILAB-CR1, estando aptos para experimentação 15 dias antes do que com a ração de outra marca disponibilizado anteriormente à aquisição da ração da QUIMTIA. Este achado corrobora com as demais observações realizadas pelos biotérios do Brasil que optaram pela ração NUVILAB-CR1.

A troca da ração pode causar uma série de distúrbios gastrointestinais nos animais, já verificado em vários biotérios, impossibilitando os estudos e o desenvolvimento de experimentos para pesquisa e ensino com animais. O processo de irradiação é o tratamento com radiação ionizante. A irradiação pode impedir a multiplicação de microrganismos que causam a deterioração da ração, tais como bactérias e fungos, garantindo melhor qualidade de vida aos animais e aumento da segurança no manuseio da ração. A ração irradiada ela é pronta para o consumo, não sendo necessário passar por processo de descontaminação (exp. Autoclavagem), conservando a qualidade e quantidade dos ingredientes, garantindo os níveis adequados de nutrição.

~~Da vedação de contratação de marca ou produto~~

~~4.3. Diante das conclusões extraídas do processo n. _____, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~4.3.1. _____~~

~~4.3.2. _____~~

~~4.3.3. _____~~

DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar

deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

- 4.5.1. Granulado de maravalha de *Pinus elliottii* na quantidade de 2(dois) quilos;
- 4.5.2. Maravalha de *Pinus* na quantidade de 2(dois) quilos;
- 4.5.3. Semente de girassol na quantidade de 500 gramas;
- 4.5.4. Relax ninho;
- 4.5.5. Relax tubo tamanho P;
- 4.5.6. Relax tubo tamanho M.

Para os demais itens é obrigatório o envio de catálogos, fotos, vídeos e documentos que comprovem a qualidade do material e atendimento às especificações deste edital. No caso de ainda permanecer dúvida sobre a especificação e qualidade do item, a amostra deverá ser solicitada.

4.6. As amostras poderão ser entregues no endereço IPEFARM - UNIDADE DE PRODUÇÃO ANIMAL. Universidade Federal da Paraíba - Campus I Lot. Cidade Universitaria, PB, 58051-900, no prazo limite de 10 dias após a solicitação, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

- 4.9.1. Será analisado o material, tamanho e compatibilidade do item com o descrito em proposta do fornecedor e com o exigido em edital. As medidas, peso e aplicabilidade serão aferidas com paquímetro, régua, balança e uso pelos animais. Os itens serão analisados pelas médicas veterinárias e técnicos de laboratório que compõem a Equipe de Apoio. A avaliação será realizada na Unidade de Produção Animal que gerará um relatório em até 5(cinco) dias úteis após o recebimento das amostras.

4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30(trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

~~**Da exigência de carta de solidariedade**~~

~~4.15. -Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

SUBCONTRATAÇÃO

4.16. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

~~4.17. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:~~

~~4.17.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: (...)~~

~~4.17.2. A subcontratação fica limitada a ... [parcela permitida/percentual]~~

~~4.18. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.~~

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.19. Não haverá exigência da garantia da contratação com base nos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas características e fornecimento do objeto. Tendo em vista que trate-se de compra com entrega imediata e integral dos itens adquiridos, e que a contratada não estará vinculada à prestação de obrigações futuras, a Administração adotará a nota de empenho como instrumento substituto do contrato. Logo, os valores contratados serão pagos após o recebimento do objeto, garantindo assim a plena execução da contratação e minimizando os riscos para Administração Pública.

~~4.20. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual de ...% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.~~

~~4.21. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.~~

~~4.22. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.~~

~~4.23. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.~~

5. Modelo de execução do objeto

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30(trinta) dias, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única. O fornecedor não poderá parcelar a entrega do quantitativo descrito na nota de empenho.

~~5.2. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:~~

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10(dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Universidade Federal da Paraíba - Campus I - Cidade Universitária. João Pessoa/PB. CEP 58051-900. Instituto de Pesquisa em Fármacos e Medicamentos - IPEFARM - UNIDADE DE PRODUÇÃO ANIMAL.

Horário de 8:00 as 12:00 e das 14:00 as 17:00 hs

Contatos: e-mail - upa@ipefarm.ufpb.br Fone - (83) 3216-7353/3209-8299

~~5.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.~~

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). Salvo outros prazos estabelecidos na descrição dos itens do QUADRO 1 do item 1.1 deste Termo de Referência.

~~5.7. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, ___ (___) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

~~5.8. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.~~

~~5.9. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo,.....meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto,~~

~~5.10. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.~~

~~5.11. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.~~

~~5.12. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.~~

~~5.13. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.~~

~~5.14. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até.....dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.~~

~~5.15. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.~~

~~5.16. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.~~

~~5.17. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.~~

~~5.18. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.~~

~~5.19. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.~~

6. Modelo de gestão do contrato

MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

FISCALIZAÇÃO

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

~~6.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~

~~6.9.1. (...)~~

~~6.9.2. (...)~~

6.9.3. —(…)

6.9.4. —(…)

GESTOR DE CONTRATO

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

RECEBIMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual

período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77. de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [IPCA](#) de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

~~Antecipação de pagamento~~

~~7.24. A presente contratação permite a antecipação de pagamento.....(parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~7.25. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante – ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~7.26. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~7.26.1. R\$......(valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~7.26.2. (...)~~

~~7.27. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~7.27.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.~~

~~7.27.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do.....(especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~7.28. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~7.29. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (....) dias, contados do recebimento do(recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~

~~7.30. -A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~7.31. -O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:~~

~~7.31.1. —comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;~~

~~7.31.2. —prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.~~

~~7.32. -O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

CESSÃO DE CRÉDITO

7.33. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

~~7.33.1. -As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.~~

7.34. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.36. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.37. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

FORMA DE FORNECIMENTO

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado de acordo com a quantidade expressa em cada nota de empenho.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. ~~**Ato de autorização para o exercício da atividade de** (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) n°~~

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.26.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado para todos os itens que a empresa estiver participando.
- 8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- ~~8.29. —O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.~~

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- ~~8.30. —Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional.....(escrever por extenso, se o caso), em plena validade, —~~
- ~~8.31. —Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho~~

profissional competente, quando for o caso.

~~8.31.1. — Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: —~~

~~8.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.~~

~~8.31.3. — Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. —~~

~~8.31.4. — O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos. —~~

~~8.31.5. — Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei~~

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 491.174,63

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 491.174,63 (quatrocentos e noventa e um mil, cento e setenta e quatro reais e sessenta e três centavos), conforme custos unitários apostos no QUADRO 1 – DETALHAMENTO DO OBJETO do item 1.1 deste Termo de Referência.

~~OU~~

~~[em anexo].~~

~~OU~~

~~9.2. -O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$......~~

~~ou~~

~~9.3. -O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.~~

9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

9.5. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9.5.5. não haverá reajuste de preços pelo período de 12(doze) meses, salvo para as condições estabelecidas acima.

10. Adequação orçamentária

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. ~~A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

~~I) — Gestão/Unidade: [...];~~

~~II) — Fonte de Recursos: [...];~~

~~III) — Programa de Trabalho: [...];~~

~~IV) — Elemento de Despesa: [...];~~

~~V) — Plano Interno: [...];~~

~~10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.~~

10.4 Uma vez que se trata de SRP, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil. (Art. 17 Decreto nº 11.462/2023).

11. Elaboração do Termo de Referência

11.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Seção de Compras, com base nas informações repassadas pelas unidades requisitantes, tendo como equipe de apoio os servidores relacionados na Portaria nº 2 /2024 - PRA.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOACIL CARLOS VIANA BEZERRA

Membro da equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 27/05/2024 às 11:57:41.

ROBERTA NUNES PARENTONI

Equipe de apoio

GILMARIO MOREIRA LIMA

Equipe de apoio

MANUELA SILVEIRA CARVALHO MONTEIRO

Equipe de apoio

APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO 2/2024
PROCESSO – 23074.042154/2024-98

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Estudo Técnico Preliminar 10/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23074.042154/2024-98

2. Descrição da necessidade

As unidades requisitantes que compõem a presente aquisição, descritas no campo 3 – Área Requisitante deste ETP Digital N° 10 /2024, descrevem, por meio de seus Estudos Técnicos Preliminares enviados à Seção de Compras mediante processos eletrônicos disponíveis para consulta pública no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC da UFPB, a necessidade da atual contratação bem como a adequação do objeto aos interesses da Administração. Os processos acessórios, disponíveis para consulta no referido sistema, são estes: **23074.017178/2024-09 e 23074.016890/2024-25**

Em relação à ração de marca específica se justifica pela padronização no mantimento da pesquisa que vem sendo realizada nos laboratórios do IPEFARM desde o âmbito de 2018, na qual a ração é o item principal pois, além de nutrir, interfere na produtividade e proliferação das colônias.

O objetivo do enriquecimento ambiental ou refinamento ambiental, é fornecer condições de alojamento que permitam aos animais a expressão de comportamentos naturais da espécie que resultam em efeitos positivos na sua saúde e bem-estar. A exposição dos animais de laboratório a um ambiente estimulante potencializa as interações sociais e o desenvolvimento de suas habilidades motora e sensorial. Conforme demonstrado por estudos, a adoção de medidas de bem-estar animal é reconhecida como pilar essencial para alcançar resultados fidedignos e maior reprodutibilidade em pesquisas científicas, demonstrando benefícios cognitivos tanto em animais saudáveis quanto enfermos, jovens ou idosos.

Diferentes elementos de enriquecimento atendem a uma variedade de necessidades particulares dos roedores, podendo haver variação na preferência por determinados itens entre as espécies (ratos e camundongos).

O RELAX NINHO, produzido a base de papel natural - Kraft, fornece melhor proteção térmica especialmente para as matrizes, protegendo os neonatos de variações térmicas, permitindo trocas de gaiolas sujas sem o contato direto com os filhotes e seu material estimula a distração e bem-estar dos animais através do hábito de roer.

O RELAX TUBO, produzido a base de de papel natural - Kraft e cola de fécula de mandioca, constitui item para refinamento ambiental de roedores de laboratório, estimulando os hábitos de escavação, monta, toca, nidação e roedura. A capacidade de expressão de maior variedade de comportamentos típicos da espécie auxilia na redução do estresse, ansiedade e frustração dos animais confinados.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
INSTITUTO DE PESQUISA EM FÁRMACOS E MEDICAMENTOS (IPEFARM)	Roberta Nunes Parentoni

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratada deverá garantir a qualidade dos insumos (ração, granulado/partícula/floco de Pinus, e enriquecimento ambiental e alimentar de animais de laboratório), atendendo todas as especificações técnicas constantes no termo de referência e no Edital (medidas, quantidades, atendimento da finalidade e outros aspectos). A contratada deve atender aos preceitos legais em vigor, observando no que couber, dentre estes, as Normas da ABNT., da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimentos, normas técnicas e legislações pertinentes ao objeto licitado.

5. Levantamento de Mercado

Foi realizado o levantamento de mercado através de pesquisas com fornecedores e no portal do Pannel de Preços do Ministério da Economia, verificando os pregões que possuíam os mesmos itens homologados, os fornecedores vencedores do certame, bem como os fabricantes dos itens, conforme segue:

Produto	Fornecedor
Ração para ratos e camundongos irradiada marca: NUVILAB CR-1 IRRADIADA	QUIMTIA S/A Tel: (41) 2169-3100 Ramal: 3131 / (41) 99838-2555 E-mail: hellencrys.camargo@quimtia.com
Ração para ratos e camundongos irradiada marca: NUVILAB CR-1 IRRADIADA	EML COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA Tel: (43) 3478-1150 E-mail: escritoriosigilo@hotmail.com
Ração para ratos e camundongos irradiada marca: NUVILAB CR-1 IRRADIADA	LUIS ANDRE MONTEIRO DE PAULA CAVALCANTE Tel: (81) 99962-7975

Produto	Fornecedor
granulado / particulado / floco de Pinus	W. MARCHIOLI & CIA LTDA; CNPJ: 09.558.676/0001-70 Tel: (45) 9.9105-3422 E-mail: maravalhaoeste@hotmail.com
granulado / particulado / floco de Pinus	ROBERTO GIANNICHI FILHO; CNPJ: 10.315.821/0001-70 Tel: (11) 4645-0839 E-mail: granjarg.biaterios@gmail.com
granulado / particulado / floco de Pinus	J. R. MARAVALHA COMERCIO DE SERRAGENS LTDA CNPJ: 06.102.400/0001-94 Tel: (19) 3866-4324 / (19) 3866-5100 E-mail: contatojrmaravalha@uol.com.br

Produto	Fornecedor
Maravalha de Pinus	W. MARCHIOLI & CIA LTDA; CNPJ: 09.558.676/0001-70 Tel: (45) 9.9105-3422 E-mail: maravalhaoeste@hotmail.com
Maravalha de Pinus; Semente de girassol	ROBERTO GIANNICHI FILHO; CNPJ: 10.315.821/0001-70 Tel: (11) 4645-0839 E-mail: granjarg.biaterios@gmail.com
Maravalha de Pinus	J. R. MARAVALHA COMERCIO DE SERRAGENS LTDA CNPJ: 06.102.400/0001-94 Tel: (19) 3866-4324 / (19) 3866-5100 E-mail: contatojrmaravalha@uol.com.br
Saco de papel 30g/m ²	Plasul Embalagens Ltda CNPJ: 06.085.768/0001-91 Tel: (51) 2189-0280; (51) 99868-4155 E-Mail: contato@plasulembalagens.com.br

Produto	Fornecedor
<u>Relax Ninho (enriquecimento ambiental para camundongo de laboratório):</u>	ROBERTO GIANNICHI FILHO, inscrita no CNPJ sob nº 10.315.821/0001-70, sediada na Rua Romulo Giannichi,165 – Suzano - SP
<u>Relax Tubo (tamanho PP, P e M) – Enriquecimento ambiental para camundongo de laboratório.</u>	ROBERTO GIANNICHI FILHO, inscrita no CNPJ sob nº 10.315.821/0001-70, sediada na Rua Romulo Giannichi,165 – Suzano - SP TITO CESAR SILVA SOARES CNPJ/CPF: 50664298000102

6. Descrição da solução como um todo

A solução visa continuar suprindo as demandas de produção, manutenção e experimentação de animais de laboratório na Unidade Produção Animal (UPA) do IPeFarM da UFPB no exercício de 2023/2024.

A única solução encontrada para atender as necessidades da UPA-IPeFarM relativo aos insumos descritos neste documento é a de realização de compra dos referidos materiais através de Pregão pelo Sistema de Registro de Preço - SRP, com ata válida por 12 meses, tendo em vista que: (1) os recursos orçamentários para as devidas aquisições ainda não foram disponibilizados; (2) são materiais também requisitado por outras Unidades; (3) a limitação de espaço físico do Almoxarifado da UPA; (4) a validade dos itens; (5) e a possibilidade de quantitativos parcelados durante o período de vigência da ata. Fundamentando-se assim no art. 3º, inciso II, do Decreto nº 7.892/2013.

Portanto, o objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual aquisição de insumos para animais do biotério, para atender às necessidades da Unidade de Produção Animal do IPeFarM da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades foram definidas para um período de 12 meses, as mesmas foram determinadas com base no consumo relativo dos anos de 2022 e 2023 da Unidade de Produção Animal (UPA) – IPeFarM, considerando uma margem variável de 100%, pois estamos tratando de seres-vivos e demanda de experimentação dos usuários da UFPB, podendo haver decréscimo ou aumento inesperado.

Devido a pandemia do COVID-19, que comprometeu as atividades laboratoriais, nos exercícios de 2020 e 2021 a produção dos animais foi drasticamente reduzida, desta forma, esses períodos não foram considerados como memória de cálculo para estimar o quantitativo.

O IpeFarM submeteu e obteve êxito na aprovação de um projeto ao FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) no edital “Ambientes Controlados e Salas Limpas” que selecionou propostas para a concessão de apoio financeiro para implantação, adequação e melhoria de infraestruturas de ambientes controlados e salas limpas para desenvolvimento de pesquisa, em espaços já existentes na instituição, observando Normas Técnicas vigentes. A partir disto no ano de 2024 teremos um acréscimo de produção de animais em espécie e linhagens. A projeção de quantitativo de ração e granulado de Pinus é possível ser feita, pois já é feito o uso deste insumo na UPA-IPeFarM.

Por outro lado, o estímulo causado pelo EA tem uma duração máxima de 10-15 dias aos animais, sendo necessária a variedade de itens e modos de interação - estímulo físico, social, sensitivo, alimentar e cognitivo. São vários estudos realizados nesse sentido a exemplo do listado em <https://journals.ufrpe.br/index.php/medicinaveterinaria/article/view/2262>. Desta forma, o quantitativo solicitado foi baseado na estimativa de gaiolas para camundongos em reprodução composta por um casal monogâmico (hoje temos aproximadamente 40 gaiolas com pretensão de expansão para 70 gaiolas em reprodução); animais destinados à experimentação (variável em aproximadamente 40-50 gaiolas mensais).

Cogitando-se que temos uma variação de 110-120 gaiolas mensais e é necessária a introdução de um EA por semana, temos: 1 (EA) x 52 (semanas em um ano) x 1440 (gaiolas em um ano) = 74.880 EA por ano, divididos por: Toalha de papel; relax tubo; relax ninho; abrigo transparente; algodão; máscara (rede); saco de papel (saco de pipoca); maravalha; semente de girassol, totalizando aproximadamente 700 unidades por tipo de EA quantificável, para os demais que são por quilograma e uso mais frequente (semente de girassol escondida no saco de pipoca e maravalha, o quantitativo foi maior, pois para estes de fato não temos como prever o consumo sem utilizá-los na diária.

Assim os quantitativos são os seguintes:

ABRIGO TRANSPARENTE PARA PEQUENOS ROEDORES - 1.400

GRANULADO DE MARAVALHA DE PINUS ELLIOTTII - 7500

MARAVALHA DE PINUS ELLIOTTII - 6900

RAÇÃO IRRADIADA PARA CAMUNDONGOS E RATOS - 640

RELAX NINHO - 39

RELAX TUBO (TAMANHO M) - 110

RELAX TUBO (TAMANHO P) - 25

SACO DE PAPEL 30G/M² (SACO PARA PIPOCA) - 10

SEMENTE DE GIRASSOL IRRADIADA - 200

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 491.174,63

Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada como parâmetro as disposições contidas na Instrução Normativa SEGES/ME N.65, de 7 de julho de 2021. Essa pesquisa de preços foi realizada de 26/01/2024 a 28/02/2024 e encontra-se nos anexos deste processo.

Os preços pesquisados foram examinados de forma crítica, por meio de manifestação técnica fundamentada. As cotações foram extraídas do Painel de Preços e através de consulta com fornecedores. Foram coletadas no mínimo 3 (três) cotações para cada um dos itens solicitados. A tabela abaixo mostra uma estimativa da quantidade a ser adquirida, bem como apresenta o preço médio para cada item.

Com isso, o custo total estimado da contratação é de R\$ 491.174,63 e encontra-se pormenorizado em tabela demonstrativa de preços unitários e totais, conforme segue.

DISCRIMINAÇÃO DE MATERIAL	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL UNITÁRIO	QUANT. TOTAL	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL TOTAL
<p>ABRIGO TRANSPARENTE PARA PEQUENOS ROEDORES.</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: ABRIGO/NINHO DESTINADO AO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO (RATOS E CAMUNDONGOS).</p> <p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS: ABRIGO PARA ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PARA CAMUNDONGOS, COR VERMELHA TRANSPARENTE, AUTOCLAVÁVEL, TIPO IGLU, COM FORMATO HEPTAGONAL COM TRÊS ENTRADAS INFERIORES E BASE SUPERIOR RETA QUE PERMITE EMPILHAMENTO. FABRICADO TOTALMENTE EM POLISULFONA E COMPATÍVEL COM MINI-ISOLADORES PARA CAMUNDONGO.</p> <p>MEDIDAS: 11,4 CM X 11 CM X 5,5 CM.</p>	R\$ 74,89	1.400	R\$ 104.846,00
<p>GRANULADO DE MARAVALHA DE PINUS ELLIOTTII (FORRAÇÃO DE CAMA/CAIXA DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO ROEDORES).</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: GRANULADO DE MARAVALHA DE PINUS ELLIOTTII, NÃO ESTÉRIL, DESTINADO À FORRAÇÃO DE CAMA/CAIXA DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO (ROEDORES).</p> <p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS: OS GRANULADOS/PARTÍCULAS DEVERÃO TER ESPESSURA DE NO MÁXIMO ENTRE 0,2 MM A 0,5 MM, ATÓXICO; INODORO; SEM TRATAMENTO QUÍMICO; NA</p>	R\$ 10,90	7.500	R\$ 81.750,00

<p>COR MARFIM; CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DE ÁGUA (C.A. (%)) ESPECIFICADO ENTRE 220 A 300); AUSÊNCIA TOTAL DE POEIRA, LASCAS, FARPAS, BRITAS E DEMAIS IMPUREZAS ORIUNDAS DE OUTROS MATERIAIS E ESPÉCIES VEGETAIS.</p> <p>EMBALAGEM: EMBALADO EM DUPLO SACO DE PAPEL KRAFT - ESTERILIZÁVEL E/OU SACO DE RÁFIA (NÁILON), CONTENDO APROXIMADAMENTE 10 (DEZ) QUILOS DO PRODUTO. JUNTAMENTE COM A REMESSA DEVERÁ CONTER LAUDO EMITIDO PELA EMPRESA, ESPECIFICANDO: FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E NÚMERO DO LOTE DEVIDAMENTE ASSINADO POR MÉDICO VETERINÁRIO, SEGUIDO DO NÚMERO DO REGISTRO PROFISSIONAL. PRODUTO CONFORME LEGISLAÇÃO MCTI-CONCEA RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 33.</p> <p>REQUISITOS TÉCNICOS: 1. ESPÉCIE DE MADEIRA: PINUS SPP., PINACEAE 2. TEOR DE UMIDADE: NA FAIXA DE 9,5 A 13% 3. AUSÊNCIA MACROSCÓPICA DE FUNGOS MANCHADORES OU APODRECEDORES. 4. DEVE SER ACOMPANHADO DE LAUDO IPT E LAUDO DE ANÁLISE RESIDUAL. VALIDADE MÍNIMA: 12 MESES.</p>			
<p>MARAVALHA DE PINUS ELLIOTTII (ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL/MATERIAL PARA NIDAÇÃO PARA ANIMAIS DE LABORATÓRIO).</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: CAVACO EM FORMA DE LÂMINA EXTRA FINA E MACIA, OBTIDA DE MADEIRA PINUS ELLIOTTI, CONFECCIONADA PARA FORRAGENS DE GAIOLAS DOS ANIMAIS DE LABORATÓRIO (RATOS E CAMUNDONGOS), PODENDO SER UTILIZADA COMO MATERIAL PARA ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL.</p> <p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS: TRIPLAMENTE PENEIRADA COM GRANULOMETRIA PADRONIZADA, PARTÍCULA SECA (POR ESTUFA), COM ESPESSURA MÉDIA DE 1 MM. DEVE APRESENTAR AUSÊNCIA MACROSCÓPICA DE FUNGOS MANCHADORES OU APODRECEDORES; PÓ, LASCAS, FARPAS, BRITAS E DEMAIS IMPUREZAS ORIUNDAS DE OUTROS MATERIAIS E ESPÉCIES VEGETAIS; CAPACIDADE DE ABSORÇÃO (C.A.) DE ÁGUA ESPECIFICADA: 250%. TEOR DE UMIDADE: ENTRE 10 E 15%; GRANULOMETRIA/DIMENSÃO DAS PARTÍCULAS: ESPESSURA MÁXIMA DE 1 MM, 85% A 100% DE PARTÍCULAS MAIORES QUE 4,8 MM E MENORES 15,9 MM; 0% DE PARTÍCULAS MAIORES QUE 28,6 MM, 0 A 1% MAIORES QUE 22,2 MM.</p> <p>EMBALAGEM: DEVE SER EMBALADO EM SACO DE NYLON (RAFFIA) AUTOCLAVÁVEL. APRESENTAÇÃO: SACO CONTENDO 5 KG, COM INFORMAÇÕES DE ROTULAGEM ATENDENDO AS EXIGÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.</p> <p>ROTULAGEM: IMPRESSO NA EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO INFORMAÇÕES DO FABRICANTE COM LOCAL DE PRODUÇÃO, DATA E CONTROLE DO LOTE. VALIDADE: 12 MESES.</p> <p>REQUISITOS: DEVE APRESENTAR NOME COM NÚMERO DE REGISTRO NO CRMV DO RESPONSÁVEL TÉCNICO. PRODUTO DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO MTC-CONCEA RN 33. DEVE SER ACOMPANHADO DE LAUDO IPT E LAUDO DE ANÁLISE RESIDUAL</p>	R\$ 11,61	6.900	R\$ 80.109,00
<p>RAÇÃO IRRADIADA PARA CAMUNDONGOS E RATOS. MARCA: NUVILAB CR-1 IRRADIADA FABRICANTE: QUIMTIA</p> <p>COMPOSIÇÃO: MILHO INTEGRAL MOÍDO, FARELO DE SOJA, FARELO DE TRIGO, CARBONATO DE CÁLCIO, FOSFATO BICÁLCICO, CLORETO DE SÓDIO, ÓLEO VEGETAL, VITAMINA A, VITAMINA D3, VITAMINA E, VITAMINA K3, VITAMINA B1, VITAMINA B2, VITAMINA B6, VITAMINA B12, NIACINA, PANTOTENATO DE CÁLCIO, ÁCIDO FÓLICO, BIOTINA, CLORETO DE COLINA, SULFATO DE FERRO, MONÓXIDO DE MANGANÊS, ÓXIDO DE ZINCO, SULFATO DE COBRE, IODATO DE CÁLCIO, SELENITO DE SÓDIO, SULFATO DE COBALTO, LISINA, METIONINA, BHT.</p> <p>NÍVEIS DE GARANTIA POR QUILOGRAMA DO PRODUTO: UMIDADE (MÁX.) 125 G/KG - PROTEÍNA BRUTA (MIN.) 220 G/KG - EXTRATO ETÉREO (MIN.) 50 G/KG - MATERIAL MINERAL (MAX.) 90 G/KG - MATÉRIA FIBROSA (MAX.) 70 G/KG -</p>	R\$ 299,13	640	R\$ 191.443,20

<p>CÁLCIO (MIN-MÁX.) 10 A 14 G/KG - FÓSFORO (MIN.) 6.000 MG/KG. SUPLEMENTAÇÃO POR QUILO NÃO MENOS QUE:</p> <p>- VITAMINAS: VITAMINA A (MÍN) 13.000 UI/KG; VITAMINA D3 (MÍN) 2.000 UI/KG; VITAMINA E (MÍN) 34 UI/KG; VITAMINA K3 (MÍN) 3 MG/KG; VITAMINA B1 (MÍN) 5 MG/KG; VITAMINA B2 (MÍN) 6 MG/KG; VITAMINA B6 (MÍN) 7 MG/KG; VITAMINA B12 (MÍN) 22 MCG/KG; NIACINA (MÍN) 60 MG /KG; ÁCIDO PANTOTÊNICO (MÍN) 21 MG/KG; ÁCIDO FÓLICO (MÍN) 1 MG/KG; BIOTINA (MÍN) 0,05 MG/KG; COLINA (MÍN) 1.900 MG/KG.</p> <p>- MICROELEMENTOS MINERAIS: SÓDIO (MÍN) 2.700 MG/KG; FERRO (MÍN) 50 MG/KG; MANGANÊS (MÍN) 60 MG/KG; ZINCO (MÍN) 60 MG/KG; COBRE (MÍN) 10 MG/KG; IODO (MÍN) 2 MG /KG; SELÊNIO (MÍN) 0,05 MG/KG, COBALTO (MÍN) 1,5 MG/KG; FLÚOR (MAX) 60 MG/KG.</p> <p>- AMINOÁCIDOS: LISINA (MÍN) 12 G/KG; METIONINA (MÍN) 4.000 MG/KG</p> <p>- ADITIVOS: BHT 100 MG/KG.FORMA FÍSICA: PELLETT MEDINDO DE 15 A 16MM DE DIÂMETRO, 30 A 40 MM DE COMPRIMENTO, ALTO GRAU DE COMPACTAÇÃO RESISTENTE AO MANEJO EVITANDO FRAGMENTAÇÃO.</p> <p>EMBALAGEM: SACARIA COM 20 KG DE RAÇÃO. SACOS COM EMBALAGEM PLÁSTICA IMPERMEÁVEL PADRONIZADA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO. ROTULAGEM EM CONFORMIDADE AO DISPOSTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 22/2009 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS: TODA RAÇÃO FORNECIDA DEVE APRESENTAR-SE ÍNTEGRA, SECA, FIRME, COM TOLERÂNCIA MÁXIMA DE 3% DE FINO PÓ E AUSÊNCIA TOTAL DE CONTAMINANTES FÍSICOS E CORPO ESTRANHO. LAUDO TÉCNICO: APRESENTAÇÃO DO LAUDO DE CONTROLE DO FABRICANTE. FORNECER LAUDO DE ANÁLISES BROMATOLÓGICAS PROXIMAS COM VALORES PERCENTUAIS DE MATÉRIA SECA (OU UMIDADE); PROTEÍNA BRUTA; PROTEÍNA SOLÚVEL EM HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO (KOH); EXTRATO ETÉREO; FIBRA BRUTA; FIBRA EM DETERGENTE NEUTRO; FIBRA EM DETERGENTE ÁCIDO; CÁLCIO; FÓSFORO E MATÉRIA MINERAL, A CADA LOTE DA RAÇÃO FORNECIDA, SOB ÔNUS DO CONTRATADO.</p> <p>PARA A COMPOSIÇÃO BÁSICA: NÃO FAZER USO DE MELAÇO E COMPONENTES SUBSTITUTOS. É PROIBIDA A ADIÇÃO DE QUALQUER ADITIVO NÃO CONTEMPLADO NA FÓRMULA BÁSICA DESCRITA NAS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, TAIS COMO PALATABILIZANTES; AGLUTINANTES, PIGMENTANTES, ANTIBIÓTICOS, BACITRACINA DE ZINCO, MONENSINA SÓDICA OU OUTROS, SALVO AQUELAS SOLICITADAS OU AUTORIZADAS POR ESCRITO PELO CONTRATANTE.</p> <p>NÃO DEVE CONTER "EVENTUAIS SUBSTITUTIVOS" A FIM DE GARANTIR A ISONOMIA DAS FORMULAÇÕES E MATÉRIAS PRIMAS, PARA MINIMIZAR EFEITOS INTRÍNSECOS NOS RESULTADOS ZOOTÉCNICOS E EXPERIMENTAIS.</p> <p>VALIDADE: NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 6 MESES DE VALIDADE, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DATA DE FABRICAÇÃO: NÃO SUPERIOR A 30 DIAS DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.</p> <p>OBSERVAÇÕES GERAIS E OBRIGATÓRIAS: O FABRICANTE DEVE POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, EM CONFORMIDADE COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA 15/2009, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. A RAÇÃO DEVERÁ APRESENTAR, OBRIGATORIAMENTE, CERTIFICADO DE PROCESSO DE RADIAÇÃO</p>			
<p>RELAX NINHO (ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PARA CAMUNDONGO DE LABORATÓRIO).</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: ABRIGO/NINHO DESTINADO AO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO (RATOS E CAMUNDONGOS). INFORMAÇÕES TÉCNICAS: RELAX NINHO – 100% DE KRAFT DE 450 GRAMAS INDICADO PARA CAMUNDONGOS MEDIDA INDIVIDUAL MONTADO: COMPRIMENTO 90 MM X LARGURA 90 MM X ALTURA 60 MM MEDIDAS DESMONTADO: 28 CM X 28 CM X 14 CM. APRESENTAÇÃO: CAIXAS COM 60 UNIDADES. REQUISITOS: EMBALAGEM CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE 12 MESES.</p>	R\$ 187,72	39	R\$ 7.321,08
<p>RELAX TUBO (TAMANHO M) – ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PARA RATO DE LABORATÓRIO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS: ABRIGO/RECREAÇÃO DESTINADO AO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUZIDO DE</p>	R\$ 110,27	110	R\$ 12.129,70

FORMA ESPIRALADA, MULTIFOLHADA, COM PAPELÃO TIPO MIOLO, UTILIZADO ADESIVO PRO-1117 OU PR651 (BASE DE PREPARADO FÉCULA DE MANDIOCA), INTERNO NATURAL E EXTERNAMENTE REVESTIMENTO COM PAPEL NATURAL (KRAFT). TAMANHO: RELAX TUBO M – INDICADO PARA RATOS E HAMSTERS – COMPRIMENTO 150 MM X DIÂMETRO 90 MM X ESPESSURA 2,0 MM. APRESENTAÇÃO: CAIXAS COM 20 UNIDADES. VALIDADE: O PRODUTO DEVE TER DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE 12 MESES			
RELAX TUBO (TAMANHO P) – ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PARA CAMUNDONGO DE LABORATÓRIO. CARACTERÍSTICAS GERAIS: ABRIGO/RECREAÇÃO DESTINADO AO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL DE ANIMAIS DE LABORATÓRIO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUZIDO DE FORMA ESPIRALADA, MULTIFOLHADA, COM PAPELÃO TIPO MIOLO, UTILIZADO ADESIVO PRO-1117 OU PR651 (BASE DE PREPARADO FÉCULA DE MANDIOCA), INTERNO NATURAL E EXTERNAMENTE REVESTIMENTO COM PAPEL NATURAL(KRAFT). TAMANHO: RELAX TUBO P – INDICADO PARA CAMUNDONGOS, PSITACÍDEOS (PAPAGAIOS, ARARAS, ETC...) – COMPRIMENTO 120 MM X DIÂMETRO 50 MM X ESPESSURA 1,5 MM. APRESENTAÇÃO: CAIXAS COM 72 UNIDADES. VALIDADE: O PRODUTO DEVE TER DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE 12 MESES.	R\$ 162,99	25	R\$ 4.074,75
SACO DE PAPEL 30G/M ² (SACO PARA PIPOCA) – ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PARA ANIMAIS DE LABORATÓRIO. CARACTERÍSTICAS GERAIS SACO EM PAPEL MONO, COR: BRANCA. GRAMATURA: 30 G/M ² .MEDIDAS: MÍNIMO 12CM – MÁXIMO 19 CM (ALTURA) X MÍNIMO 7 CM – MÁXIMO 9 CM (LARGURA). CAPACIDADE: 0,5 KG.EMBALAGEM: PACOTE COM 500 UNIDADES.	R\$ 19,49	10	R\$ 194,90
SEMENTE DE GIRASSOL IRRADIADA (ENRIQUECIMENTO ALIMENTAR PARA ANIMAIS DE LABORATÓRIO). INFORMAÇÕES TÉCNICAS: SEMENTES DE GIRASSOL (HELIANTHUS ANNUUS). PRODUTO ESTÉRIL IDEAL PARA O SISTEMA DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS CONTROLADO, GRAÚDA, ISENTA DE IMPUREZAS E GRAVETOS. EMBALAGEM: EMBALADO A VÁCUO E ESTERILIZADO POR RADIAÇÃO GAMA. DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE 12 MESES. APRESENTAÇÃO: CAIXAS COM 4 UNIDADES DE 500G CADA. REQUISITOS: ENVIAR AMOSTRA, CERTIFICADO DE ANÁLISE MICROBIOLÓGICA E DE ESTERILIZAÇÃO.	R\$ 46,53	200	R\$ 9.306,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O Pregão pode ser realizado por item, tendo em vista que os materiais solicitados são independentes entre si.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas ou interdependentes para a contratação em questão.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição dos materiais está de acordo com o Plano Anual de Contratações (PAC) – exercício 2024 do IpeFarM, incluído no PGC da UFPB sob as demandas DFD 155/2023 e 860/2023 e vinculados as seguintes contratações 153065-90019/2023 e 153065-90039/2023.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

As aquisições dos insumos solicitados visam garantir a continuidade das atividades da Unidade de Produção Animal – UPA – IPeFarM, dentro do que preconizam as boas práticas no manejo de animais, gerando resultados confiáveis e precisos aos estudos realizados com eles.

13. Providências a serem Adotadas

O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justificam a necessidade de capacitação constante de servidores e não há risco de a contratação falhar em relação a adequações do ambiente da organização, pois tais adequações não são necessárias, considerando que a UPA-IPeFarM já possui um ambiente para estoque dos materiais, que por serem perecíveis devem ser entregues de forma parcial em quantidades específicas solicitadas pela UFPB.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição do item previsto no presente Estudo Técnico Preliminar deverá pautar-se no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU. Deverão ser observados os aspectos listados na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

A solução planejada não provoca impactos ambientais diretamente. Por ocasião da realização do processo, deverão ser exigidos os certificados ambientais, necessários, aos licitantes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 e em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da aquisição. Os benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade restaram suficientemente demonstrados no corpo deste ETP, em razão do que a Equipe de Planejamento declara a **VIABILIDADE** da contratação, ressalvado melhor juízo em sentido diverso.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROBERTA NUNES PARENTONI

Membro da equipe de planejamento

GILMARIO MOREIRA LIMA

Membro da equipe de planejamento

MANUELA SILVEIRA CARVALHO MONTEIRO

Membro da equipe de planejamento



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



**ANEXO II
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2024**

A Universidade Federal da Paraíba, com sede no Campus Universitário da cidade de João Pessoa, inscrito(a) no CGC/MF sob o nº 24.098.477/0001-10, neste ato representado(a) pelo Sr., Pró-Reitor de Administração, nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no DOU de de de, portador da matrícula siape nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 02/2024, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 23074.042154/2024-98, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de ração para camundongos, maravalha, enriquecimento ambiental e insumos para animais do biotério, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I *do edital de Licitação nº 02/2024*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>
X								

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será UASG 153065 – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CAMPUS I

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* ; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes-

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

